

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO PLENÁRIA DE 2004, DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA**
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP, REALIZADA EM JUIZ DE FORA - MG, NO**
3 **AUDITÓRIO DO BANCO DO BRASIL, EM 31/03/2004.**

4 A Reunião Plenária foi iniciada às 14:30 horas, sendo a mesa integrada por: Tarcísio Delgado (Prefeito de Juiz de Fora);
5 Eduardo Meohas (Presidente do CEIVAP); Antonio Evangelista (Vice-Presidente do CEIVAP); Fídias de Miranda
6 (Secretário-Executivo do CEIVAP); João Rodrigues (Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP), Júlio Tadeu
7 Kettelhut (Representante da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA); Ivo Brasil (Representante da ANA); Marcos
8 Martineli (Representante de SP); Paulo Teodoro (Representante de MG); Heitor de Souza (Representante do RJ). O
9 Presidente Eduardo Meohas abriu os trabalhos fazendo saudação especial ao Prefeito Tarcísio Delgado, tendo a ele passado
10 a palavra. O anfitrião disse da satisfação de receber a todos, principalmente os Prefeitos, e colocou-se à disposição dos
11 participantes. Disse que o rio Paraíba, que corta a cidade, é hoje o grande poluidor do Paraíba, e por isso sentia-se
12 devedor com o CEIVAP, mas espera que essa situação mude proximamente pois atualmente o BID financia projeto para
13 despoluição do rio Paraíba, que prevê a aplicação de US\$ 38,5 Milhões, entre financiamento e recursos próprios. Os
14 estudos foram concluídos e a proposta encontra-se na STN há cerca de 60 dias, e só falta essa liberação para se iniciar as
15 obras, que são importantes para Juiz de Fora e mais ainda para o rio Paraíba. Desejou bom trabalho aos presentes, e
16 parabenizou o CEIVAP pela luta em prol das águas da bacia do Paraíba. O Presidente Meohas destacou a importância do
17 trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Prefeito Tarcísio Delgado; saudou as autoridades assentes na mesa, os prefeitos
18 e outros representantes municipais; colocou o CEIVAP à disposição do anfitrião para acelerar a aprovação do projeto que
19 tramita na STN, e saudou representante da República Dominicana presente aos trabalhos. Com a palavra Ivo Brasil (ANA),
20 destacou a presença do Dr. Raul Perez, da República Dominicana, que o acompanhava para conhecer o fórum participativo
21 para a gestão das águas do rio Paraíba do Sul. Destacou o trabalho da ANA no intercâmbio de experiências em gestão de
22 águas na América Latina, destacando contatos que realiza com o México e a República Dominicana, e agradeceu a acolhida
23 na reunião. Júlio Tadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou a aprovação da MP 165 como vitória da gestão de recursos
24 hídricos, principalmente do CEIVAP. Disse que a MP 165 está sendo emendada para que venha a traduzir a figura futura
25 do que se quer para as agências de bacia. O Presidente Meohas agradeceu a Francisco Campolaa, por viabilizar as
26 instalações para a reunião de hoje. O Secretário Fídias de Miranda agradeceu a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e a
27 CESAMA pelo acolhida e apoio logístico e técnico para a realização dos eventos do CEIVAP. João Rodrigues (AGEVAP)
28 falou da reunião do Conselho de Administração AGEVAP ocorrida pela manhã, na CESAMA, destacou o avanço da MP
29 165 e as simplificações legais concedidas para se avançar nos aspectos administrativos referentes à sua implementação.
30 Referiu-se ao avanço do contrato de gestão a ser firmado entre ANA/AGEVAP/CEIVAP; ao Regimento Interno e Estatuto
31 da AGEVAP, documentos que em seu conjunto viabilizam em curto prazo o início do funcionamento da primeira agência
32 de águas do Brasil. Antônio Evangelista (Vice-Presidente CEIVAP) referiu-se à oportunidade criada pela MP 165, que
33 permite seja implantada a primeira agência de águas do Brasil, na bacia do rio Paraíba do Sul. O Presidente Meohas falou
34 do momento democrático vivido pelo CEIVAP, e que ele certamente não teria sido possível 40 anos atrás. Heitor de Souza
35 (RJ) disse conhecer o anfitrião há mais de vinte anos, e hoje o reencontrava exercendo sua missão em Juiz de Fora; que o
36 RJ está todo a jusante na bacia do Paraíba, e o depoimento do anfitrião foi no sentido de se corrigir um prejuízo que hoje é
37 causado aos usuários de jusante, com a poluição das águas; destacou a grandeza de seu compromisso com a solução desses
38 problemas, e parabenizou-o por sua determinação e pelo êxito que tem conseguido. As 15:09 a mesa foi desfeita para se
39 passar à ordem do dia, e o Secretário Fídias de Miranda leu a pauta da reunião: 1. Aprovação ata da 1ª reunião
40 extraordinária, realizada em 12/02/2004; 2. Cobrança pelo uso da água – Avaliação das Deliberações CEIVAP 08/01 e
41 15/02 e implementação das medidas complementares, e 3. Assuntos Gerais. O Secretário Fídias propôs que uma nova
42 sistemática de trabalho seja aplicada às reuniões futuras, de modo a permitir uma maior participação dos integrantes do
43 Comitê. Assim, após a abertura da reunião, e da apresentação e votação da ata, seguir-se-ão duas seções, para tratar de:
44 Assunto 1 – Informação sobre a Ata, seção em que a palavra será facultada aos conselheiros para eventuais comentários
45 sobre o conteúdo da ata, agregando esclarecimentos adicionais que julguem pertinentes. Esta seção terá duração máxima de
46 10 minutos; e, Assunto 2 – Comunicação dos Conselheiros ou Informes, quando a palavra será concedida aos conselheiros
47 para que apresentem informes/relatos de seu interesse. Esta seção terá a duração máxima de 20 minutos, e permitirá aos
48 conselheiros comunicarem eventos ocorridos desde a reunião anterior e que não puderam ser pautados. O Presidente
49 Meohas disse que a proposta era saudável, mas que a rigor nela não via grandes modificações para os trabalhos. Antônio
50 Evangelista colocou questão de ordem, dizendo que a pauta da reunião de hoje já tinha sido distribuída. Passando ao item 1
51 da pauta, o Secretário Fídias concedeu a palavra ao Sr. Tadeu (Sindicato Rural de Guaratinguetá) representante de
52 Guaratinguetá, que destacou nas linhas 193 a 195 da ata referência a aplicar o dinheiro em outro município que não
53 Guaratinguetá, e esta cidade reclama que o dinheiro seja lá reaplicado. O Presidente Meohas falou que o informe que consta
54 nas linhas referidas fora por ele trazido naquela reunião, e a forma como redigido estava correta, pois o Dr. Kelman
55 informara que os recursos seriam repassados ao município seguinte na ordem de priorização, e portanto Guaratinguetá foi
56 deslocado para o fim da lista, conforme critério estabelecido. Paulo Teodoro (MG) solicitou que na linha 151 consta sua
57 declaração: “Disse não entender porque as OSCIP’s possam ser credenciadas como Agências de Bacia...”, e solicitou a
58 substituição de “possam” por “não podem”. Não havendo mais correções, a ata foi aprovada com a emenda da linha 151. O
59 Secretário Fídias abriu a palavra para os conselheiros que tivessem informações sobre a ata recém-aprovada, pondo em
60 prática a nova sistemática de trabalho que apresentara. Hendrick (AMPAS) referiu-se ao disposto a partir da linha 202,
61 quando apresentou questionamento sobre a aplicação dos recursos da cobrança arrecadados na bacia, e perguntou se a
62 situação tinha mudado desde então. O Presidente Meohas falou da reunião do CEIVAP com representantes da CEF,
63 ocorrida no dia anterior em Juiz de Fora, que foi promovida para esclarecer essa questão. Patrícia Boson (FIEMG) relatou
64 resultados dessa reunião com a CEF, que julgou muito proveitosa e esclarecedora. Disse que os R\$ 4.900.000 referidos
65 ainda não foram efetivamente aplicados pela CEF porque a maioria dos projetos está em processo de licitação. Aparecida

66 Vargas (Cataguazes) falou que na reunião plenária do CEIVAP, ocorrida no Rio em 12 de fevereiro passado, pediu maior
67 presença da CEF nos trabalhos do CEIVAP, e perguntou se havia representante da CEF nesta reunião. Acha que essa maior
68 presença é indispensável, e disse ter sido informada que a Dra. Fátima, da CEF de Belo Horizonte, que esteve presente na
69 reunião de ontem, estaria nesta plenária. Eduardo Macedo (ASSEMAE) falou que existe uma questão de prazo para
70 liberação de verbas, e que deveria haver uma preocupação com esse aspecto. João Rodrigues disse que o assunto foi
71 discutido na reunião ocorrida pela manhã, e não pode ser feito convênio entre municípios e órgãos de governo, mas seu
72 entendimento é de que será possível através da AGEVAP. Passando ao item seguinte – Comunicação dos Conselheiros, o
73 Secretário Fídias concedeu a palavra a Patrícia Boson (FIEMG), para informar sobre a pauta relativa ao Paraíba do Sul na
74 última reunião do CNRH. Patrícia Boson disse que na pauta do CNRH constava uma moção para a disciplina da atividade
75 de extração de areia, e que ela pediu vistas ao processo porque a questão não fora tratada no CEIVAP. Pediu apoio das
76 CT's do CEIVAP para proceder a revisão dessa moção, que entende não considerar os avanços ocorridos na bacia com a
77 mineração de areia, e para tanto estará enviando à CT solicitação formal. Antônio Evangelista (Vice-Presidente do
78 CEIVAP) referindo-se ao que falara Patrícia Boson, disse que a questão da areia transcendia ao CEIVAP, que concordava
79 que a proposta deveria ter sido trazida para discussão no CEIVAP, mas não o foi por falta de tempo. Disse que o problema
80 foi levado ao CNRH pelo INPE e outros órgãos que atuam na bacia, que documentaram em relatório a existência de 225
81 cavas abertas para extração de areia, e no CNRH, por sugestão da própria Patrícia Boson, o relatório foi encaminhado à CT
82 de Análise de Projetos, que produziu a proposta de moção enviada ao plenário do CNRH, que destaca os problemas
83 trazidos para a quantidade e a qualidade das águas, em decorrência da exploração que ocorre no trecho entre Jacareí e
84 Pindamonhangaba. Disse que a questão deve ser encarada conforme art. 225 da CF; leu o texto da referida moção, e
85 discordou da iniciativa de Patrícia Boson, argumentando que não percebia qual o parecer que o CEIVAP teria a dar sobre o
86 problema. O Presidente Meohas falou da MP 165 e das emendas enviadas por deputados para seu aperfeiçoamento. Falou
87 que não houve as discussões para aprovação da Lei 4247/RJ, e propôs que seja criado um GT analisar a questão, integrado
88 por: 3 representantes do CEIVAP; 3 do Comitê Guandu e 3 do CERH/RJ, que se reunirão para discutir o aprimoramento
89 do processo de propor sugestões para aperfeiçoar a lei. Juliana Koeppel (FIEMG) falou que a MP 165 tem como relator o
90 Deputado Mário Assad Junior, que foi formado um GT para acompanhar a MP 165, e embora não se possa mais
91 encaminhar emendas, o relator pode integrá-las ao projeto de conversão. Pediu que do GT da MP 165, participe Aparecida
92 Vargas (Cataguazes). Cláudio Serricchio (ET) falou que o GT da MP não foi propriamente constituído, mas as emendas à
93 MP 165 foram compartilhadas com os membros do GT do Contrato de Gestão, inclusive duas emendas que ele repassou ao
94 Presidente Meohas. Propôs que o GT do Contrato de Gestão continue acompanhando o processo, e disse que o Presidente
95 Meohas encaminhou ao PT as duas emendas por ele repassadas, onde vieram a sofrer pequenos ajustes a pedido da ANA, já
96 que uma delas alterava a destinação dos 0,75% arrecadados do setor elétrico, o que traria prejuízos ao órgão. O Secretário
97 Fídias relatou que ontem à tarde ocorreu a reunião com a CEF, que contou com a presença membros do CEIVAP, prefeitos
98 e outras lideranças. A conclusão é que se precisa melhorar a capacitação para apresentação de projetos à CEF, uma vez que
99 os municípios têm dificuldades práticas em função do regulamento da CEF. Defende que o CEIVAP promova um encontro
100 com Prefeitos, CEF e ANA para o compartilhamento desses critérios, que o CEIVAP insista na capacitação das prefeituras
101 e elabore um manual de hierarquização de projetos. A Prefeitura de Jacareí conseguiu firmar contrato com a CEF em dois
102 meses, por já dispor de projetos executivos prontos, mas esse não é o caso da maioria dos outros municípios, que
103 simplesmente não conseguem firmar convênios. Paulo (Cataguazes) referiu-se a que antontem fez um ano do acidente de
104 Cataguazes, que a local foi visitado pelo Presidente da ANA, as medidas mitigatórias tomadas, solicitado aditamento de
105 prazo para o tratamento dos efluentes, mas o monitoramento está implantado e a empresa cumprindo rigorosamente o que
106 foi pactuado no TAC. O Presidente Meohas então falou que o reflorestamento ainda não tinha sido feito, ao que Paulo
107 retrucou que foi feita a plantação, mas que a planta demora a crescer. Eduardo (ASSEMAE-MG) invocou questão de
108 ordem para a reunião tratar primeiramente dos recursos arrecadados na bacia, mas o Secretário Fídias disse que não caberia
109 inversão de pauta. Aparecida Vargas (Cataguazes) disse que a ANA está impedida de aplicar recursos de 2004 se não for
110 mudada a DN 22, e se precisa eleger as prioridades para se gastar os recursos de 2004, até que se tenha a Agência.
111 Francisco Viana (ANA) disse que a questão levantada não estava na pauta, mas era relevante, que a alternativa a uma nova
112 deliberação seria deixar o recurso de 2004 na ANA até ser destinado à Agência. O Presidente Meohas reconheceu a
113 importância de o CEIVAP deliberar sobre esse assunto, e argumentando que o plenário é soberano, colocou a proposta de
114 se incluir o tema na pauta, a qual foi aprovada e inserida como último item de pauta. Dando continuidade aos trabalhos, a
115 palavra foi concedida a André Pinhel, que passou a apresentar a proposta da Deliberação 24. Relatou a reunião ocorrida em
116 Taubaté, para discutir a cobrança com o setor de mineração de areia, e que nessa reunião o presidente do CBH-SP,
117 argumentou que o entendimento paulista era de que a extração de areia em cavas era assunto de SP, e assim o trabalho se
118 cingiu à extração de areia na calha dos rios de domínio da União. André Pinhel se referiu ao trabalho das CT's para dar
119 respostas às pendências da Deliberação CEIVAP nº 15, e que resultou na minuta da Deliberação 24, que estava na pauta.
120 Falou da emenda apresentada pelo SINDIAREIAS, que fora inserida na proposta que passaria a projetar para a discussão
121 plenária. Passando aos considerandos da Deliberação 24, destacou que ela além de trazer respostas para as pendências da
122 Deliberação 15, tratava também da suspensão do pagamento das PCH's. Juliana Koeppel (FIEMG) invocou questão de
123 ordem para sugerir que a minuta da Deliberação 24 fosse analisada por assunto. Eunice (OAB) sugeriu também que se
124 limitasse o tempo para intervenções em três minutos. Antônio Evangelista (Vice-Presidente do CEIVAP) disse que a
125 minuta de deliberação em análise resolve os problemas de RJ e MG, mas não o de SP, e propôs que fosse criado GT para
126 fazer estudo sobre a cobrança pela exploração de areia em cavas, e que desse grupo também participem representantes do
127 CBH-SP e DAEE-SP e, logo que haja uma solução, o resultado seja analisado em CT e trazido para decisão do CEIVAP.
128 Juliana Koeppel, referindo-se à minuta da Deliberação 24, falou que o parágrafo único do art. 2º deixa abertura para a
129 proposta apresentada por Antônio Evangelista. O Presidente Meohas passou à leitura dos artigos da Minuta de Deliberação
130 24. Paulo Valverde (CESAMA) referindo-se ao art. 2º, fez correção de redação de que o PPU é 2 centésimos de reais.

131 Josemar Coimbra (PM Barra do Pirai) falou da necessidade de se encaminhar reuniões conjuntas com o Comitê Guandu, e
132 propôs que se crie um GT para definir data para reunião conjunta do CEIVAP e Comitê Guandu. Falou que a Ministra do
133 Meio Ambiente precisa vir conhecer a BPS, por sua importância, para ver de perto seus problemas, o mesmo sendo válido
134 para o Prefeito César Maia e o Presidente Lula. Ao ler o art. 3º, § 1º, o Presidente Meohas foi aparteado por Jander Duarte
135 (ABRH), argumentando que a ANA, SERLA e o Comitê Guandu precisam participar das iniciativas a que se refere o
136 parágrafo, e não apenas o CEIVAP. Leonel (EMBRAER) propôs que fosse de imediato criado o GT de que fala o art. 3º da
137 minuta, para se avançar, e Juliana defendeu que a diretoria do CEIVAP tomasse a iniciativa de notificar a todos os
138 envolvidos. O Presidente Meohas passou então a definição dos três integrantes do CEIVAP que participarão do GT a que se
139 refere o caput do art. 3º: propôs que Edilson Andrade (SP), Fátima Casarine (CECNA), Fernando Lino (LIGHT)
140 representem o CEIVAP, proposta aprovada por unanimidade. Passando ao parágrafo segundo do art. 3º, Leonel
141 (EMBRAER) pediu que a cada 90 dias haja informação sobre o andamento do trabalho do GT. João Rodrigues (AGEVAP)
142 falou que o prazo de 1 ano dado no parágrafo segundo do art. 3º lhe parecia exagerado, pois temia que o trabalho só se
143 iniciasse no final do período. Por isso, sugeriu que se colocasse um prazo menor. Fernando Lino (LIGHT) referiu-se à
144 composição do GT, e que a LIGHT gostaria de representar tanto o CEIVAP como Comitê Guandu, e sugeriu um quarto
145 nome. O Presidente Meohas falou que essa proposta acarretaria a necessidade de quatro representantes para todas as partes,
146 e o GT ficaria muito grande. Fernando Lino deixou claro que a LIGHT precisa atuar dos dois lados: CEIVAP e Comitê
147 Guandu. Passando ao parágrafo terceiro, Leila Heizer (CEDAE) sugeriu que se substituísse a expressão “dessas águas”,
148 pois da forma proposta incluiria também a geração na bacia do rio Guandu. Cláudio Serricchio (ET) disse compreender a
149 observação da Leila, mas argumentou que a redação repetia a da Deliberação 15, e por isso discordava de sua proposta.
150 Reconhecendo ser a questão polêmica, propôs que fosse mantida a redação do parágrafo, posicionamento com o qual
151 concordou Hendrick (AMPAS). Fernando Lino (LIGHT) destacou que o parágrafo terceiro traria uma dificuldade a mais
152 para a negociação com o Comitê Guandu. Leila Heizer (CEDAE) disse discordar da argumentação, pois na Deliberação 15
153 a transferência de recursos era provisória. Jander Duarte (ABRH) defendeu que o parágrafo terceiro era desnecessário, pois
154 o assunto é matéria de negociação. Patrícia Boson (FIEMG) defendeu a redação, pois não se tratava de negociação, já que
155 redação é de que, enquanto não houver a negociação, se terá transferência dos recursos. Disse concordar com Leila Heizer
156 no sentido de que o CEIVAP e a ANA não poderiam extrapolar e direcionar recursos de outro comitê para o CEIVAP.
157 Cláudio Serricchio (ET) falou que a redação da DN 15 foi negociada com uma diretora da ANA, e defendeu que o
158 potencial hidroeenergético é da água do Paraíba que se encontra no rio Guandu. Concorda que não se pode dizer o que a
159 ANA fará. O Presidente Meohas passou então a votar três alternativas de redação para o parágrafo terceiro. André Pinhel
160 (SERLA) propôs que, se aprovado, o parágrafo seja transformado em artigo. Feita votação de três alternativas de redação,
161 foi vitoriosa a proposta de Leila Heizer, que será transformada em artigo. Assim, o art. 4º da Minuta de Deliberação passou
162 a artigo 5º, e assim sucessivamente para os demais artigos. Passando ao agora art. 5º, que diz respeito à suspensão do
163 pagamento das PCH's, Edilson Andrade propôs que fosse retirado o artigo, por ser matéria que já tramitou no CEIVAP, e
164 qualquer modificação a fazer cabe ao CNRH, e somente ele, pois o comitê não tem poder para suspender o pagamento.
165 Patrícia Boson (FIEMG) passou a explicar o porque desse artigo, dizendo que com o parecer da ANEEL, contrário ao
166 pagamento, as PCH's foram impedidas de fazê-lo. A CEMIG está impedida de fazer o pagamento em decorrência desse
167 posicionamento da ANEEL. Essa questão poderia levar importantes parceiros para os tribunais, por indefinições que
168 ocorrem em outro nível de decisão. Disse que partiu do setor usuário a idéia da revisão da Deliberação 15, para a cobrança
169 não ser interrompida na data desta reunião. Pediu à plenária para resolver a questão das PCH's, pois de outra forma se
170 estaria empurrando a questão para as barras dos tribunais. Aparecida Vargas (Cataguazes) disse que não apresentava defesa
171 em causa própria, mas esse artigo invoca a questão da legalidade desse assunto ser tratado em deliberação, pois o tema
172 precisa constar em lei, e por isso está no PL 1616, mas por ora não existe instrumento legal para a cobrança das PCH's. A
173 idéia não é fugir do pagamento, mas se está questionando pagar e o dinheiro não retornar para a bacia, conforme explicita a
174 MP 165. Disse que não é o Comitê que vai decidir uma questão que compete à União fazê-lo. Júlio Kettelhut (SRH-MMA)
175 se disse preocupado com o que falara Aparecida Vargas, pois o Comitê é quem decide e a partir daí, se passa para definição
176 superiores. Entende que a ANEEL diz que não se deve pagar, mas a ANA diz o contrário. Esclareceu que o CNRH não
177 encaminhou nenhum pedido para a AGU, pois não é competente para tanto, mas quem o fez foi a procuradoria do MMA, a
178 pedido da ANA; e a lei 9433 diz que as PCH's devem pagar, pois elas alteram o regime dos corpos de água, e o setor
179 trouxe a proposta de pagar o 0,75% e agora traz nova proposta para interromper esse pagamento. Concluiu propondo que o
180 artigo seja eliminado. Aparecida Vargas, referindo-se ao que dissera Júlio Kettelhut, disse reconhecer que quem pode pedir
181 parecer a AGU era o MMA ou MME, mas o Secretário João Bosco, em março de 2003, como Secretário Executivo do
182 CNRH, disse que trabalharia por esse envio ao AGU, posicionamento que consta em ata do CNRH. Concluiu dizendo que
183 os usuários das PCH's querem pagar, mas isso tem que está definido em lei. Eunice (OAB) disse entender que não é
184 competência do CEIVAP definir essa questão. Antonio Evangelista (SINTAEMA) disse que a Sociedade Civil não deveria
185 se abster de se posicionar sobre essa questão, e que não fazê-lo é contribuir para o retrocesso, e recomendou que o artigo
186 fosse suprimido. Cláudio Serricchio (ET) falou que as PCH's de rios de domínio dos estados não se cadastraram,
187 argumentando que nos rios estaduais não estariam sujeitas ao domínio federal, e por isso não recebem boleto, esquecendo
188 que os potenciais hidroenergéticos são de domínio da União. Aparecida Vargas rebateu que todos os empreendimentos da
189 Cataguazes-Leopoldina estão cadastrados. O Presidente Meohas lembrou que se o Comitê tivesse tomado a decisão de
190 suspender a cobrança na reunião de Cataguazes, que levou a CSN deixar de pagar, não se estaria hoje tratando de aplicação
191 de recursos. Por isso, a brecha de deixar de pagar não deve existir, pois os recursos são escassos e não cabe a interrupção.
192 Disse que manter esse artigo seria um tiro no peito da cobrança, pois se um setor deixar de pagar, outros se sentirão no
193 direito de fazer o mesmo. Passou à votação das duas propostas, de suprimir ou não o artigo 5º. Posto em votação, o
194 resultado foi de 21 votos para suprimir o artigo contra 8 votos para mantê-lo, e uma abstenção. Patrícia Boson perguntou
195 se uma pessoa podia levantar dois cartões de votações, mas não se colocava questionando o resultado da votação. O

196 Presidente Meoas falou que o voto é intransferível, e passando ao artigo 6º, que dispõe sobre a AGEVAP como entidade
197 delegatária, nos termos da MP 165, Julio Kettelhut (SRH-MMA) lembrou que como o artigo 5º não fora aprovado, seria
198 retirado o considerando correspondente, e o artigo referente à AGEVAP seria o 5º. Passando à sua votação, foi aprovado
199 por unanimidade. Passando ao art. 6º, que dispõe sobre os encaminhamentos da deliberação, a redação foi aprovada com a
200 retirada do inciso referente à AGU. Passando aos sub-itens seguintes que complementavam o item 2 da pauta, como o
201 representante da ANA não estava mais presente, sua discussão foi considerada prejudicada. Passando ao item de pauta
202 acrescentado na reunião, passou-se a discutir o que seria a Deliberação 25. Com a palavra Cláudio Serricchio (ET), disse
203 que se precisava atualizar a redação da Deliberação 22, adaptando-a ao ano de 2004, e passou a destacar os aspectos que
204 precisariam ser atualizados. Luiz de Gonzaga Santos (Prefeito de Paraibuna) disse que Cláudio Serricchio, como assessor,
205 não poderia apresentar propostas ao plenário. Para a aplicação dos recursos arrecadados em 2004, propôs que seja
206 considerado o que já foi deliberado anteriormente pelo plenário, observando-se a ordem da priorização já efetuada, sem
207 nenhuma inversão, e que possam ser apresentadas novas propostas, mesmo que não sejam atendidas com os recursos
208 disponíveis em 2004. Hendrick (AMPAS) reiterou que seja observada a seqüência já aprovada, e no caso de inadimplência
209 o tomador irá para o fim da fila. Leila Heizer (CEDAE) disse que verificaria a possibilidade de a CEDAE apresentar novo
210 projeto e a de vir a ser contemplada, uma vez procuram suporte da ANA para obter mais recursos do PRODES. Josemar
211 Coimbra (PM Barra do Pirai) disse ter dúvidas sobre as prioridades, pois entendia que o definido anteriormente não estaria
212 sendo observado, referindo-se especificamente ao projeto ambiental da bacia do rio Pirai (controle de erosão), e disse que
213 gostaria de resgatar essa proposta porque a bacia do rio Pirai precisa desse projeto. Vera Teixeira (NVNV) falando em
214 nome de Georgina (CT-EA), disse que foi definido na reunião de ontem da CT-EA que todos os projetos de obras têm uma
215 parte de educação ambiental, e pediu para que todos os projetos sejam discutidos também na CT-EA. Fátima Casarin
216 (CECNA) informou que na CT-EA defende que os projetos internalizem diretrizes de educação ambiental, e daí o interesse
217 nessa medida. André Pinhel (SERLA) questionou que esse assunto ainda não foi definido em reunião de CT, e propôs que
218 a proposta seja votada na próxima reunião da CT-PI. Edílson Andrade (SP) referiu-se ao projeto de erosão de
219 Guaratinguetá, e como houve compromisso da ANA de honrar a aplicação na bacia dos recursos antes destinados ao
220 município, mas que foram redirecionados por problemas de inadimplência, com a solução dos problemas o projeto de
221 Guaratinguetá fica inserido no fim da fila da priorização, conforme o critério definido. Martineli (SP) falou que na proposta
222 apresentada por Cláudio Serricchio a referência era os recursos de 2004, mas há um valor remanescente de 2003 que
223 deveria ser inserido junto com o de 2004. Disse que desde que Guaratinguetá tenha o recurso assegurado, concorda em que
224 o *projeto de controle de erosão do município* assumo seu lugar no fim da fila, *reiterando que ficara comprovado que*
225 *Guaratinguetá não estava inadimplente*. O Presidente Meoas identificou duas propostas: a primeira de revalidar o que foi
226 incluído, com os inadimplentes indo para o final da fila, e outra proposta é simplesmente adiar a discussão. Posto em
227 votação, foi aprovada a primeira proposta. Aparecida Vargas (Cataguazes) pediu que constasse em ata que a colocação
228 anteriormente feita por Cláudio Serricchio sobre PCH's fosse desconsiderada, pois todas estão cadastradas, e que
229 seu informe sobre o assunto foi equivocado. O Presidente Meoas passou a ler uma Moção de Apoio ao empréstimo
230 pleiteado junto ao BID pelo município Juiz de Fora, a ser enviada ao MF, a qual foi aprovada por unanimidade. Passando à
231 definição da próxima reunião, Martineli (SP) propôs que ela seja realizada em Guaratinguetá, proposta aceita por
232 unanimidade, sendo definido que ela ocorrerá em data a ser marcada na segunda quinzena de maio. A reunião foi encerrada
233 as 18:10 horas.